

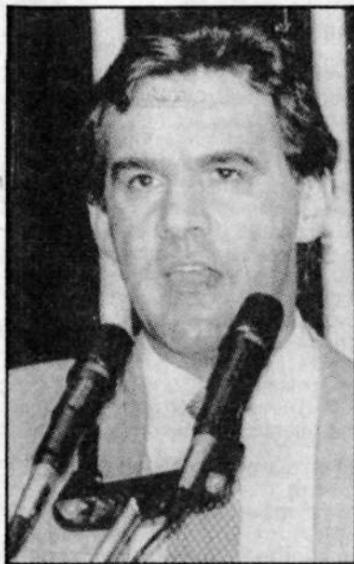
Emprego estável causa maior polêmica, 250 emendas e temor por microempresa

BRASILIA — A principal polêmica levantada na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos é a garantia de estabilidade no emprego, prevista pelo anteprojeto apresentado pelo relator, Deputado Mário Lima (PMDB-BA). O Deputado Francisco Carneiro (PMDB-DF), que foi Diretor-Presidente de diversas empresas em Brasília, argumentou que a aprovação desse dispositivo constitucional inviabilizará o funcionamento das micro e médias empresas. Ele é também contrário à redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais pelo mesmo motivo.

Para contra-argumentar, o Deputado Augusto Carvalho (PCB-DF) afirmou que as dificuldades encontradas pelas micro e médias empresas não constam dos direitos e garantias dos trabalhadores, mas sim da política econômica adotada pelo Governo. Segundo Augusto Carvalho, o anteprojeto do relator foi bem aceito pelas entidades que representam os interesses dos trabalhadores. Por isso, é do interesse dos membros da subcomissão, que têm frenquentado com assiduidade as reuniões, a manutenção da maior parte do texto proposto pelo Deputado Mário Lima.

No entanto, o relator afirmou que diante do enorme número de emendas já apresentadas — cerca de 250 até o final da tarde de ontem —, não poderá deixar de optar pela elaboração de um substitutivo. Outra questão bastante discutida na subcomissão, segundo Geraldo Campos, é a proibição de acumulação de cargos no serviço público, prevista apenas em casos especiais.

Na subcomissão da Saúde, Seguridade e Meio-Ambiente, foram apresentadas, até o final da tarde de



Alcenilino relata anteprojeto tranquilo

ontem, cerca de 240 emendas. A maior crítica que o anteprojeto do relator, Deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG) recebeu é a de que seu texto é estatizante. No entanto, esta não é a opinião de um dos Deputados que mais apresentaram emendas ao texto, Eduardo Jorge (PT-SP). Para ele, o anteprojeto deveria avançar ainda mais na questão do controle da saúde por meio de ações do Estado.

Nesse sentido, ele defende um dispositivo constitucional prevendo sanções judiciais claras e específicas para as empresas que prejudicarem a saúde do trabalhador.

Na subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, praticamente não há

grandes polêmicas levantadas. Tanto é que até o final da tarde de ontem foram apresentadas apenas 50 emendas. Para evitar discussões mais aprofundadas sobre o seu anteprojeto, o relator, Deputado Alcenilino Guerra (PFL-PR), resolveu reunir todos os que tivessem objeções ao seu anteprojeto para encontrar um texto que abordasse as correções reivindicadas. No entanto, o Deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), apresentou diversas emendas que, na prática, reverteram todo o quadro de proteção ao direito de exploração do subsolo das comunidades indígenas pelos próprios índios.

Em uma de suas propostas, ele pede que se retire do Congresso Nacional a competência para autorização da exploração dos recursos minerais em áreas indígenas, deixando que a administração federal se encarregue de resolver essa questão. Ele também pede que seja retirado o parágrafo do anteprojeto que prevê proteção do Ministério Público para a "pessoa, patrimônio material e imaterial, o interesse dos índios, bem como a preservação e restauração de seus direitos, reparação de danos e promoção de responsabilidade dos ofensores". Para o parlamentar, essa questão deverá ser tratada pela legislação ordinária.

Entre outras emendas, uma da Deputada Abigail Feitosa (PMDB-BA) pede que o dia dos negros deixe de ser o 13 de maio, para ser 20 de novembro — quando foi morto Zumbi, considerado o libertador da comunidade negra. Ela também pede que seja dada a posse definitiva da terra para os que ainda moram na localização onde estava situado o Quilombo de Palmares, quartel-general de Zumbi.

Partidos fracos geram discussão sobre o sistema

BRASILIA — A inexistência de partidos políticos fortes e de uma administração pública estruturada serviram de argumento tanto para defensores do Presidencialismo quanto do Parlamentarismo, ontem, durante o Seminário Internacional sobre Formas de Governo, promovido pelo Ministério da Administração, no Auditório Petrólio Portela, no Senado.

O jurista Miguel Reale Júnior, assessor do Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, defendeu um sistema híbrido de Presidencialismo, com o Presidente sendo eleito pelo voto direto e auxiliado por um Primeiro-Ministro escolhido por ele.

— É necessário mudar o Presidencialismo, mas o Parlamentarismo agora poderia gerar um impasse. Se tivéssemos partidos políticos organizados e uma burocracia estatal preparada, poderíamos partir para o Parlamentarismo — disse.

O Senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) defendeu o Parlamentarismo e questionou: "Como ter partidos fortes se o Brasil sempre teve partidos de vida efêmera e a ausência de um corpo administrativo permanente, que a cada Ministro que sai muda tudo?"

— Estamos entre a galinha e o ovo — argumentou o Senador. Não temos uma administração forte nem partidos políticos organizados e, por isso, não podemos fazer o Parlamentarismo.

PATRÃO É CONTRA, FUNCIONÁRIO PÚBLICO NÃO CRÊ, SINDICALISTA APÓIA

Anteprojeto divide as opiniões entre as classes

BELO HORIZONTE, RECIFE, PORTO ALEGRE E SÃO PAULO — O anteprojeto do Deputado Mário Lima (PMDB-BA), propondo estabilidade no emprego para os trabalhadores brasileiros, exceto em casos especiais e especificados, é sem dúvida o que até agora tem causado mais polêmica na Constituinte. Além das 250 emendas que já recebeu na subcomissão, o anteprojeto divide pequenos e grandes empresários, líderes sindicais e trabalhadores, nas principais capitais do País.

— A estabilidade no emprego desde a admissão é uma cláusula perigosa, porque no início nunca se sabe com quem se está lidando — afirma o empresário Adson Marinho, para quem, além do período de experiência de 90 dias, seria necessária uma fase mínima de carência de 6 meses para que a estabilidade fosse assegurada no emprego. Para o Presidente da Federação dos Metalúrgicos de Minas, Jorge Noman, contudo, "as propostas contidas no anteprojeto são reivindicações históricas dos trabalhadores brasileiros — e a mais importante delas todas, sem dúvida, é a da liberdade e da autonomia sindicais".

O Presidente do Sindicato dos Produtores de Açúcar e Alcool de Pernambuco — que

comanda a atividade que emprega o maior número de mão-de-obra no Estado —, Gustavo Maranhão, diz não entender por que se colocar temas trabalhistas numa Constituição, como por exemplo a questão da jornada de trabalho que, segundo ele, deve ser uma conquista dos trabalhadores e não uma concessão do Governo ou do Congresso.

— Nossas Constituições — afirma ele — têm durado pouco porque têm muitos artigos. Questões como estabilidade, jornada de trabalho e FGTS dizem respeito a empregado e patrão. Se o Estado não se meter, isso será uma conquista resultante de um processo de negociação entre quem trabalha e quem produz.

Dagoberto Lima Godoy, Presidente do Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa e Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, entende que a estabilidade "é um ponto nevrálgico na Constituição".

— A estabilidade dessa forma não pode ser incorporada à Constituição porque inviabiliza o processo econômico em que as empresas precisam ser dinâmicas para não morrer — acha Godoy.

Por seu lado, o servidor público gaúcho Ronald Moreira Dutram, do comando de greve

do funcionalismo estadual, lembrou que a isonomia salarial proposta pela subcomissão é uma luta antiga da categoria e deve vigorar. No entanto, não tem muitas ilusões sobre o estendimento aos servidores públicos do direito à sindicalização e ao direito de greve, "que são questões fundamentais para a organização dos trabalhadores".

Também o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Antônio Medeiros, não chega a sonhar alto. Para ele, "é bom o conjunto de medidas da subcomissão, mas muitas delas são irrealistas, como a estabilidade no emprego".

Sobre as 40 horas de trabalho semanais, ele acha que "esse é o modelo clássico do mundo, e o resto é invenção tupiniquim; eu apóio, é ótimo, mas tem que passar pelo conservadorismo dos constituintes".

— Como a estabilidade é impossível, prefiro as garantias no emprego, porque os 90 dias de experiência não passam de uma bobagem — Quanto à manutenção do Fundo de Garantia, é uma antiga reivindicação dos trabalhadores e tem condições plenas de passar pelo crivo final. Já a liberdade de greve está correta, é uma questão de bom senso — conclui.

Taxas de juros geram polêmica na Subcomissão

BRASILIA — O tabelamento das taxas de juros reais cobradas pelo sistema financeiro como norma constitucional, de acordo com a proposta do Relator da Subcomissão do Sistema Financeiro, Deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), vem encontrando muita resistência entre os constituintes.

Das 104 emendas que o anteprojeto de Gasparian havia recebido até ontem, 18 propunham a simples supressão do dispositivo, por considerar impróprio o tratamento da matéria no texto constitucional.

Na justificativa de sua emenda, o Deputado Simão Sessim (PFL-RJ) argumenta que taxa de juros é o resultado de vários fatores, como o mercado financeiro internacional, a política de crédito, câmbio e moeda, exercida pelo Governo, e a ação dos agentes econômicos privados na área de poupança e dos investimentos. Ele ressalva que, além de todos esses fatores, existe a inflação, que atua no sistema como agente desorganizador de qualquer mercado.

Outra emenda que propõe a supressão do artigo segundo do anteprojeto de Gasparian, o Deputado Basílio Villani (PMDB-PR), ressalta que a proposta de fixar os limites a essas taxas foi contestada por expressiva maioria dos que se manifestaram sobre o problema durante a fase de audiências públicas.

Segundo ele, a grande maioria dos técnicos ouvidos pela Subcomissão desaprovou o tabelamento, seja por dispositivo constitucional ou mesmo através de lei ordinária. E concluiu a justificativa da sua emenda afirmando que numa economia estável os juros tendem também a ser estáveis e raramente ultrapassarão o nível de rentabilidade de outras aplicações no mercado.

Também o Deputado Sérgio Werneck (PMDB-MG) é contra a proposta do Relator e argumenta que seria um equívoco a imposição no texto constitucional de um limite de 12 por cento para a taxa de juros real.

'Conservadores' apresentam substitutivo à reforma agrária e lutam por um voto

BRASILIA — A radicalização de posições na Subcomissão da Reforma Agrária aumentou ontem, com a apresentação, pelo grupo "conservador", de um substitutivo ao anteprojeto do Relator, Deputado Osvaldo Lima Filho (PE), da ala "progressista" do PMDB. As duas facções disputam agora um único voto, o do Deputado Santinho Furtado (PMDB-PR), que poderá definir a vitória na votação marcada para a próxima segunda-feira.

Ao apresentar ontem o substitutivo, o grupo "conservador" deixou claro que preferia uma demonstração de força, recusando a possibili-

dade de negociação em torno do anteprojeto. O substitutivo, assinado pelo Deputado Rosa Prata (PMDB-MG), é tido pelos "progressistas" como um retrocesso em relação ao Estatuto da Terra, porque aumenta as dificuldades de execução da Reforma Agrária, ao deixar para a legislação ordinária as definições de zonas prioritárias e do conceito de terra improdutiva, e ao abrir aos proprietários amplas chances de contestação judicial.

Com o objetivo de "assegurar a garantia e tranquilidade da propriedade rural produtiva no Brasil", o substitutivo descarta inteiramente as principais propostas do anteproje-

to: limitação do tamanho máximo da propriedade rural em cem módulos, posse imediata pela União da terra desapropriada, condicionamento da propriedade à obrigação social. A reforma agrária, pelo substitutivo, fica circunscrita a dez por cento dos projetos agropecuários em terras públicas na fronteira, e as desapropriações — mediante pagamento à vista das benfeitorias em dinheiro — à caracterização da improdutividade.

Dos 25 membros da Comissão, 12 estão com os "progressistas" e 12 com os "conservadores", e os dois grupos reivindicam o voto de Santinho Furtado.

'Lobby' na Constituinte aumenta na semana de votação dos anteprojetos

Relatora quer Cabral fora da Sistematização

BRASILIA — Almoços, reuniões e uma agenda lotada de audiências com os chamados parlamentares de "efeito multiplicador" — aqueles que têm alguma liderança e podem influir no voto de outros. Com essa estratégia, o "lobby" da informática intensifica seu trabalho esta semana no Congresso, para a aprovação do anteprojeto da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e Comunicação.

O Movimento Brasil Informática, que congrega todas as empresas nacionais e entidades profissionais da área, quer garantir a reserva de mercado na próxima Constituição. A primeira batalha foi vitoriosa: o anteprojeto redigido pela Relatora da Subcomissão, Deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) — nacionalista e principal ponta-de-lança do movimento na Câmara — aproveita as principais sugestões do setor.

Outro "lobby" que trabalhava ontem intensamente era o da anistia para civis e militares punidos durante o regime militar. São dez assessores da Federação das Associações de Defesa da Anistia, apoiados por dezenas de entidades, percorrendo diariamente todos os gabinetes de parlamentares e Subcomissões.

Eles conseguiram incluir todas as suas propostas nas duas Subcomissões que estão tratando do assunto: a dos Direitos Políticos,



Cristina Tavares acata propostas

Coletivos e Garantias e a dos Direitos dos Trabalhadores e dos Servidores Públicos.

Há 65 anos atuando como conciliadores das brigas trabalhistas entre patrões e empregados, os juizes classistas tiveram uma surpresa na Constituinte: perderam o direito a voto na Justiça do Trabalho e foram transformados em conselheiros das causas trabalhistas. Na tentativa de derrubar essa proposta, eles iniciaram, esta semana, uma verdadeira maratona no Congresso para manter suas antigas funções na nova Constituição.

A mudança da atribuição dos juizes classistas está no anteprojeto do Relator da Subcomissão do Poder Judiciário, Deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP). A proposta deverá ser votada até o final da semana, junto com as emendas. Os juizes classistas, também conhecidos como vogais, são indicados pelos sindicatos patronais e dos trabalhadores para atuarem na Justiça do Trabalho como conciliadores e, ao contrário da carreira dos magistrados, não precisam ser bacharéis em Direito.

Outro grupo que tem acompanhado permanentemente os trabalhos das Subcomissões é o dos Comandos das Polícias Militares dos Estados. Subordinados aos Governadores nas questões do Estado, mas ligados ao Exército como forças militares, eles querem que a futura Constituição amplie a competência dos Estados para legislar sobre organização, efetivos, armamentos e garantias dos policiais militares.

Essa atribuição, hoje, compete exclusivamente ao Exército, cabendo ao Estado as questões administrativas da organização da Polícia Militar. Pela proposta da PM, o Exército continuaria com essa atribuição, juntamente com o Estado. A sugestão foi incluída, através de emenda, no anteprojeto do Relator Siqueira Campos (PDC-GO), da Subcomissão dos Estados. ANC 88

BRASILIA — A destituição do Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), foi pedida ontem pela Deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), Relatora da Subcomissão da Ciência, Tecnologia e Comunicação. Esta é a primeira consequência das declarações de Cabral amenizando os trabalhos das Subcomissões. Ele afirmou que os relatórios apresentados não serão aprovados por não representarem o pensamento da maioria dos membros da Constituinte.

O Presidente da Subcomissão das Minorias, Deputado Ivo Lech (PMDB-ES), distribuiu ontem diversas notas repudiando as declarações de Bernardo Cabral. Segundo ele, o Relator da Sistematização não poderia prejudicar nenhum trabalho de qualquer constituinte. Para Lech, os relatores têm o mesmo valor na Constituinte e, por isso, Bernardo, apesar de ser da Sistematização não poderia ter avocado a si a competência para julgar o comportamento dos outros relatores.

Por sua vez, o Deputado Geraldo Campos (PMDB-DF), Presidente da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, considerou lamentável as declarações de Cabral. Para ele, exatamente por ser Relator da Comissão de Sistematização, Cabral não poderia ter feito nenhum julgamento. "Quem sistematiza apenas ordena os trabalhos, não julga o mérito de nenhuma proposição", afirmou Geraldo Campos.